

Começam hoje nas escolas as provas que irão definir recursos a prefeituras

Provas que definem repasse de ICMS têm largada hoje

Exame do Saers será base para criação de índice na educação e passa a ser componente na divisão do tributo a município

ANDERSON AIRES

anderson.aires@zerohora.com.br

A partir de hoje, começa a aplicação das provas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (Saers). Nesta edição, além de aferir o conhecimento dos alunos da rede de ensino público do Estado, o teste será um dos componentes para definir a divisão do ICMS entre os municípios.

Isso ocorre porque a prova será a base para criação de um índice de qualidade de educação que entra nos critérios para distribuição do valor arrecadado pelo imposto às cidades. Ou seja, municípios com melhor desempenho em educação ficarão com percentual maior do ICMS. A reportagem ouviu prefeitos que concordam com a nova regra e que discordam da mudança.

A prova é promovida pela Secretaria Estadual da Educação (Seduc), em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-RS) e a Federação das Associações de Municípios (Famurs). Participam da avaliação 4394 mil estudantes, sendo 224 mil da rede estadual e 2154 mil das redes municipais.

Indicador

O teste é baseado nas competências e habilidades da matriz curricular de Língua Portuguesa e Matemática e será aplicado para o 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das redes pública estadual e municipais. Os resultados serão usados para o cálculo de 2023 do Índice Municipal da Qualidade da Educação (Imers). Esse indicador será a base para a distribuição do ICMS a partir de 2024. As provas seguem até o dia 27 de outubro.

O presidente da Famurs e prefeito de Restinga Seca, Paulinho Salerno, afirma que a mudança é positiva e fomenta melhorias na educação. Salerno destaca que a inclusão desse índice no processo de distribuição do ICMS incentiva a busca por avanço na educação nos municípios. Além disso, a ferramenta vai ajudar no mapeamento da situação da educação no Es-

tado, facilitando o diagnóstico e o combate aos problemas apontados, segundo o dirigente.

– A formação desse índice será muito importante porque os municípios, que, em sua grande maioria, não têm essa questão de medir a qualidade da educação por índices vão ter a partir de agora essa condição – afirma.

O prefeito salienta que a avaliação e o início do uso dessa ferramenta na repartição dos tributos para cada município serão um termômetro importante para avaliar o que deu certo e o que precisa melhorar nesse processo.

Na mesma linha da avaliação do presidente da Famurs, o prefeito de Campo Bom, Luciano Orsi, também aprova a mudança, que coloca a educação dentro dos critérios para distribuição dos recursos do imposto:

– É uma medida positiva, que vai levar os municípios, tanto aqueles que já estão em um bom nível na qualidade de ensino quanto aqueles que precisam avançar, a investir mais em educação. Permitir o repasse de um recurso maior de ICMS por conta desse investimento e o resultado disso na vida das crianças e da comunidade escolar é melhor ainda.

Crítica

O prefeito de Parobé, Diego Picucha, avalia que essa mudança, que inclui a qualidade da educação, medida por meio de índice a partir de provas em escolas nos municípios, como critério para distribuição do ICMS, é complicada no momento.

No entendimento de Picucha, o déficit no ensino causado pela pandemia diante das mudanças nos métodos afeta esse processo. O prefeito afirma que esse cenário pode gerar índice mais baixo na cidade, prejudicando, principalmente, alunos em situação de vulnerabilidade:

– Isso pode gerar um ciclo onde índices mais baixos de avaliação dos alunos gerem repasse menor naquilo que poderia ser destinado a melhorias no ensino. Isso me parece extremamente injusto e desumano.

Implementação da mudança



COMO É

• A Constituição Federal prevê que 25% de toda a arrecadação dos Estados com o ICMS, após as devidas destinações constitucionais, pertence aos municípios. O Índice de Participação dos Municípios (IPM) é o indicador usado para determinar o tamanho da cota para cada um dos 497 municípios

• O IPM leva em conta alguns critérios para essa divisão, como população, área, número de propriedades rurais e produtividade primária. O item com maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% do índice. O VAF é calculado por meio da diferença entre as saídas e as entradas de mercadorias e serviços em todas as empresas que atuam no município

COMO FICA

• A qualidade da educação entra no IPM. Esse indicador será atestado por meio de prova que faz parte do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (Saers). O Saers será aplicado a todos os alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas

• No primeiro ano, em 2024, 10% do valor repassado terá a qualidade da educação como métrica. Nos anos seguintes, o percentual vai subindo até que, em 2029, 17% do repasse do ICMS terá a educação como métrica. Com a inclusão do indicador de educação, o VAF é reduzido para 65% dentro do IPM

COMO SERÁ A COBRANÇA SOBRE ADESAO AO PROGRAMA?

• Não existe percentual mínimo de participação para aplicação da prova em determinada escola e para o uso do resultado da avaliação para

compor a fatia do bolo do ICMS. No entanto, para evitar manipulação por meio da escolha dos alunos que vão participar do teste, o sistema garante 20 pontos no peso na construção do índice pela participação do aluno, independentemente da nota

• A Seduc avalia que esse fator incentiva a maior adesão ao processo. Também existe a exigência de 80% de participação dos alunos da escola para ter o resultado divulgado

A PROVA SERÁ USADA PARA OUTRAS ESTRATÉGIAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO?

• Sim. Além de compor o índice que estipula a divisão do ICMS por municípios, os resultados da prova serão utilizados para diagnosticar a realidade da educação no Estado

• Com base nesse retrato, será possível atacar os principais problemas da área de maneira mais rápida e eficaz, aprimorando o planejamento pedagógico dos anos seguintes. A prova também será usada como subsídio para a construção de materiais pedagógicos e formação de professores

A COMPARAÇÃO DAS NOTAS SERÁ COM O MESMO MUNICÍPIO, E NÃO COM OS OUTROS?

• Há duas situações. O novo sistema pode causar uma competição entre municípios, porque, quanto melhor o desempenho do município no índice que mede a qualidade da educação ponderado pelo seu tamanho, maior será a fatia do recurso do ICMS

• Neste primeiro momento, como é a primeira edição, apenas a nota de cada município será usada para a divisão dos valores. Nos próximos anos, quando tiver uma base de comparação, o índice vai levar em conta a nota do ano e a evolução desse indicador

Diagnóstico e planos mais eficientes

A secretária-adjunta de Educação do Estado, Stefanie Eske-reski, afirma que a primeira finalidade da prova é diagnosticar a realidade da educação no RS. Com base no desempenho dos estudantes, é possível traçar planos mais eficientes no combate aos problemas que afetam o ensino, diz Stefanie:

– A partir dessa visão, a gente vai conseguir pensar no planejamento pedagógico para o ano que vem, na formação de professores, na construção de material didático. Vamos conseguir fazer a priorização da matriz curricular. O primeiro motivo de a gente fazer a avaliação é conseguir enxergar qual é a realidade do Estado.

A Constituição Federal prevê que 25% de toda a arrecadação dos Estados com o ICMS, após as destinações constitucionais, pertence aos municípios. O governo usa um indicador para determinar o tamanho da cota para cada um dos 497 municípios.

A variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF) é o item com maior peso no índice: 75%. O valor é calculado pela diferença entre saída e entrada de mercadorias e serviços nas empresas que atuam no município.

A nova regra estipula que 10% do valor repassado via ICMS terá a qualidade da educação como métrica em 2024. Nos anos seguintes, vai subindo até que, em 2029, 17% do repasse do ICMS terá a educação como métrica. Com a inclusão do indicador de educação, o VAF cai para 65% dentro do indicador usado para a repartição do ICMS.

Antes de ser aprovada pela Assembleia, a mudança no critério foi centro de embate. Texto original do governo previa que os 17% de peso da educação no repasse do ICMS entrassem em vigor já em 2024 em vez de 2029. Prefeitos pediram mais tempo para adaptação e evitar casos de perda brusca de arrecadação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Seção:** Aprendizagem no RS **Página:** 16